

GRADES

Pela D.^{ra} Aurora Rodrigues()*

Este é o tempo
Da selva mais obscura
Até o ar azul se tornou grades
E a luz do sol se tornou impura

Esta é a noite
Densa de chacais
Pesada de amargura

Este é o tempo em que os homens renunciavam

SOPHIA DE MELLO BREYNER ANDRESEN, *in* “No mar novo”, 1958, Etiquetas

Nasci em ditadura e cedo tive consciência disso.

Tudo era proibido.

Mesmo antes de entrar para a escola, soube o que era a fome. Não a própria porque o meu pai era cantoneiro, recebia um ordenado, eu comia todos os dias e tinha sapatos. Era o que me distinguia de grande parte das meninas e dos meninos com quem brinquei, no bairro camarário onde vivia, enquanto eles não iam guardar porcos ou elas a servir para as casas ricas.

(*) Magistrada jubilada do Ministério Público, exerceu nas comarcas de Alcácer do Sal, Santarém e Évora. Estudou na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa no ano letivo de 1969/70 com 17 anos e tornou-se militante do MRPP. Em 1973 foi presa pela PIDE aos 21 anos e levada para Caxias, onde foi submetida a longos períodos de tortura. Seria libertada cerca de três meses depois, a 28 de julho de 1973, sem nunca ter tido direito a advogado nem julgamento, e nunca conhecer uma acusação formal.

Mais tarde, soube que havia pessoas mais abastadas que eram verdadeiramente democratas e, apesar da oposição da PIDE e dos que mandavam na terra, afectos ao regime, fizeram uma escola para que as crianças dali e das aldeias próximas, tivessem a possibilidade de estudar até ao 5.º ano, fazendo exames no Liceu da capital do distrito, que era Beja. Eles próprios eram os professores, pois pagávamos muito pouco, eu não pagava nada, só a minha irmã, mais velha três anos é que pagava a tal mensalidade pequena.

Mas antes de tudo isso, também soube que o fascismo prendia e matava, embora não lhe soubesse o nome. Os meus pais eram da fronteira, onde também nasci.

Quando a minha mãe andava à escola, onde andou apenas até à terceira classe, porque ficou órfã de pai e foram viver para onde não havia escola, ouvia os fuzilamentos que os fascistas de Francisco Franco vinham fazer na fronteira, matando os apoiantes do governo legítimo que o golpe de estado franquista derrubou.

Mal comecei a entender o que me diziam, a minha mãe contava-me histórias do que tinha visto e ouvido, com uma voz límpida e suave, escolhendo as palavras para que eu entendesse e não tivesse medo. Falou-me dum rapaz, que ela conheceu, Jacinto Carrusca, que foi morto na fronteira pelos fascistas. Contava-me à mistura histórias do contrabando, de como do lado de cá escondiam a carga dos contrabandistas e os fugitivos espanhóis. Ao longo do tempo, à medida que crescia, ia-me contando detalhes e eu sabia de que lado estava. O meu pai, já em Castro Verde, mostrou-me um livro de esperanto, que guardava religiosamente e disse-me que aquela era língua que tinha sido criada, com vista a que todas as pessoas em todo o mundo se entendessem.

Qualquer coisa diferente era suspeita e usavam as crianças para tirar informações sobre os pais. Por exemplo, quem não fosse católico era suspeito. Eu não era baptizada, mas sabia que não podia dizer na escola. Tinha aprendido isso, mas quem me ajudou foi o próprio padre, que sabia e ajudava a esconder, deixando-me ir à igreja e fazer tudo o que as minhas colegas faziam.

Quando andava na 3.ª classe começou a guerra colonial em Angola. Uma manhã por semana, a aula parava e tínhamos de ouvir o grito marcial “Angola é nossa” e um discurso colonialista. Ouvia, como toda a turma, e sabia que tinha de me calar. Em casa, ouvia-se, às escondidas, a rádio muito baixo a dizer o contrário o gostava mais do que diziam na rádio. No início fazia-me confusão, mas não levei muito tempo a perceber.

Lia os livros da biblioteca itinerante da Gulbenkian que era uma carrinha cinzenta, e os manuais também os pedia todos os anos à Gulbenkian e devolvia-os no final do ano.

Concluí o 5.º ano, no colégio que aqueles democratas tinham concebido e ganhei um prémio de melhor aluna nos resultados do exame. Isso permitiu que fosse para o Liceu de Beja continuar os estudos e ir depois para a Faculdade porque me pagavam os estudos.

Em Beja tive acesso aos livros que circulavam num grupo de rapazes, que um deles me passava sem conhecimento dos outros, já que a política não seria coisa de raparigas. Eram livros proibidos que circulavam de mão em mão.

Cheguei à Faculdade de Direito de Lisboa no ano lectivo de 1969/1970, com 17 anos. O estudo de Direito, sobretudo naquela altura, não tinha nada a ver comigo. Era vetusto, pesado e reaccionário.

Já eu era abertamente contra o regime fascista, contra a guerra colonial e o colonialismo. Por isso me juntei aos colegas que pensavam como eu. Primeiro, no movimento estudantil, aderindo à linha *Ousar Lutar, Ousar Vencer* e ao movimento cooperativo livreiro, na *Livrelco*, que era a cooperativa universitária livreira de Lisboa. Mais tarde, a partir do assassinato pela PIDE, que presenciei, do estudante de Direito, meu colega e amigo, José António Ribeiro Santos, num *meeting* de estudantes, a 12 de Outubro de 1972, filiei-me na organização político-partidária a que ele pertencia. Nessa mesma noite entrei para a Federação do Estudantes Marxistas Leninistas, que era o sector estudantil do MRPP, partido em que militei até Março de 1977.

Em 1969, a António de Oliveira Salazar sucedeu Marcelo Caetano.

Em 1933, sendo Presidente da República Óscar Carmona e Presidente do Conselho de Ministros, Oliveira Salazar, foi consagrada, através da Constituição, então promulgada, a plena fascização do regime, apelidado de Estado Novo. Salazar, que tinha chamado a si as principais pastas ministeriais, criou a polícia política PVDE, que tinha amplos poderes de perseguição e prisão dos seus opositores. Em 1945, substituiu a PVDE pela PIDE, com ainda mais amplos poderes. No regime vigente de excepção às normas processuais penais, foram, também em 1945, criados os Tribunais Plenários, em Lisboa e no Porto.

Em 1954 os poderes da PIDE foram reforçados, nas categorias de crimes cuja perseguição lhe foi atribuída, mormente a dos chamados crimes de subversão contra a segurança do Estado. Podia prender qualquer pessoa sem mandado judicial e tinha total e única competência na fase de instrução, sem intervenção de qualquer autoridade judiciária e exclusão de advogado.

Tinha eu 2 anos quando à PIDE foram conferidos todos esses poderes e tinha 21, quando foram exercidos sobre mim e deles posso prestar testemunho pessoal.

Em 1969, Marcelo Caetano recebeu esse legado, que manteve até 25 de Abril de 1974, com ligeiras correcções de cosmética. Mudou o nome da maligna organização para Direcção Geral de Segurança, com todos os anteriores poderes. Limitou o prazo da dita instrução para obtenção de prova a três meses improrrogáveis, o que tornou esse período ainda mais violento, no território português.

Também no tempo de Marcelo Caetano e a partir de 1972, a tortura passou a ter lugar no Reduto Sul do Forte de Caxias. Aí foram concebidas celas destinadas exclusivamente para esse efeito. A sede da PIDE continuou na Rua António Maria Cardoso, no centro de Lisboa e, por esse motivo, inconveniente para gritos de prisioneiras e prisioneiros torturados. O Reduto Sul de Caxias, que ficou entregue à PIDE ficava num conveniente descampado.

Era necessário extorquir confissões e nomes, mediante tortura, em que, valia tudo, excepto matar lá dentro, naquele tempo, em Portugal.

Caxias não era um espaço como o Tarrafal, um campo de concentração instalado na Ilha de Santiago em Cabo Verde, uma das ex-colónias portuguesas, em 1936, a qual, numa primeira fase, até 1954, recebeu 588 presos políticos portugueses, na sua maioria sem julgamento, vindo a morrer 32 deles, vítimas das más condições prisionais, doenças, tortura, trabalhos forçados, deficiente alimentação, calor e sede. Numa segunda fase, a partir de 1961 destinou-se aos nacionalistas africanos, de Angola, Guiné e Cabo Verde — Tarrafal⁽¹⁾.

Fui presa e levada para Caxias a 3 de Maio de 1973. Não houve intervenção de qualquer autoridade judiciária e estava excluída a assistência de advogado.

Não houve mandado de detenção, fiquei presa com uma *ordem de internamento*. Que é como quem diz que não estava sob prisão. Também no Tarrafal, os prisioneiros não estavam sob prisão: estavam com residência fixa no campo de concentração. Que bem atesta o alegado “legalismo” do regime fascista, segundo Alfredo Caldeira⁽²⁾.

Fotografaram-me nas três posições das fotografias tiradas aos presos políticos, tal como a Gestapo da Alemanha nazi fotografou, 30 anos antes, a prisioneira Sophie Scholl, de Munique, com muitos pontos de semelhança comigo. Era estudante universitária, tinha 21 anos. Pertencia ao movimento Rosa Branca, distribuía panfleto e fazia propaganda contra o

⁽¹⁾ Campo de concentração/Presos Políticos e Sociais/1936-54 e 1961-74, ALFREDO CALDEIRA e JOÃO ESTEVES (coord.), Edições Colibri, Lisboa, Abril de 2024.

⁽²⁾ ALFREDO CALDEIRA, *ob. cit.*, p. 343.

regime nazi. Era contra Hitler, contra a guerra, o holocausto e o poder nazi, que combatia sem armas. A ela, decapitaram-na, eu sobrevivi — esta a grande diferença que se deve à derrota da Alemanha nazi e ao fim da Segunda Guerra Mundial.

Quando entrei na prisão, no Reduto Sul de Caxias, despiram-me completamente num espaço aberto, uma espécie de secretaria, com pides sentados em frente de máquinas de escrever. Foram as pides Albertina e Madalena Oliveira que me tiraram a roupa e os outros olhavam e, riam enquanto diziam grosserias, que eu mal ouvia. Foi a primeira humilhação e era esse o objectivo.

Levaram-me para o Reduto Norte, onde estavam os serviços prisionais, guardas, e onde fiquei isolada, comia e dormia. Olhava através das grades. Ouvia os gradões do corredor, portas a abrir e fechar. Sons de ferro e de grades. Os pides não entravam nas celas. Foram sempre buscar-me e levar-me à porta lateral exterior dessa prisão, onde os guardas me conduziam e recebiam.

A tortura não começou logo. Mas havia o médico, que conheci logo um dia depois da prisão. Auscultou-me, observou-me e a finalidade era avaliar o limite da resistência física, o limite da tortura, que continuou sem acontecer, nem nada me dizerem, por mais 12 dias.

No dia 16 de Maio, levaram-me pela primeira vez à cela de tortura.

Uma cela quase nua, com uma mesa rectangular a meio. E grades.

Apontando as grades da cela de tortura, o pide disse: “Estás a ver aquelas grades? Por ali não saís, a não ser feita em puré. Daqui não saís sem falar”, segundo ele, Américo da Silva Carvalho, tinha duas vias: a via da colaboração ou a via do sacrifício. O resultado seria o mesmo, levaria apenas mais tempo se escolhesse a via do sacrifício. Iria falar, iria confessar e iria denunciar outros e outras que eram meus camaradas e amigos.

Mas não era naquele dia, seria dali a oito dias, concluiu o pide, que, ao contrário de quase todos os outros, se apresentou pelo nome e como inspector do meu processo.

Devolveram-me ao reduto norte e aí fiquei os oito dias, para que ganhasse medo, e ao fim desse tempo, foram buscar-me e a tortura começou.

Não foi medo o que criei naqueles dias, foram estratégias e disciplina, para resistir.

Décadas mais tarde, contei tudo, a conselho do psiquiatra porque adoeci com os sintomas de transtorno agudo de *stress*, o vulgarmente conhecido *stress* pós-traumático. Tinha deixado de conseguir dormir, tinha pesadelos recorrentes nos curtos períodos de sono e tinha flashes. Também

achei que devia contar por um dever de memória. Contra o branqueamento e em homenagem a todas e a todos que tinham vivido o mesmo que eu. As mulheres na resistência tinham sido praticamente esquecidas.

Nos anos 90 houve um acto do poder político que me repugnou.

Em democracia, os pides nunca responderam perante a justiça por aquilo que fizeram, pelas mortes, pelas torturas.

No entanto, em 1992, por despacho publicado no Diário da República, ao pide Óscar Cardoso, foi atribuída uma pensão vitalícia, bem como a outro pide, pelos “elevados e meritórios serviços prestados à Pátria” enquanto ex-inspector da PIDE/DGS. Conheci o pide Óscar Cardoso na cela de tortura, onde usou comigo um método sofisticado, fazendo de intelectual que conversa com uma jovem universitária, como acto natural. Só que o pide chegava de noite bem vestido e perfumado, quando a jovem estudante estava privada do sono havia mais de oito dias, continuamente, não tomava banho e não mudava de roupa. Humilhação também era isso. Foi o único torcionário que se assumiu como tal e foi ele quem me disse que tinha torturado Francisco Martins Rodrigues e Rui D’Espiney. Também me disse que tinha “tirado” o isqueiro a Rui D’Espiney, enquanto o “interrogava”. Era um ladrão. Vim a saber que era verdade que o isqueiro me mostrou pertencia ao preso a quem o roubou quando o torturava e que tinha torturado barbaramente aqueles dois homens.

Nesse livro estão cópias dos autos da PIDE e outros documentos⁽³⁾.

Os autos de interrogatório, de que se excepciona o inicial “auto de perguntas”, foram feitos a partir de gravadores que havia na cela de tortura e sem que mos mostrassem e sem que os visse escrever. Estes autos têm à cabeça que não era permitida a presença de advogado, que era substituído por dois agentes daquela polícia e no final está escrito: lido, ratifica e não assina, por se recusar a fazê-lo, indo ser assinado por dois agentes daquela polícia. Tudo tão oposto a todas as normas processuais penais e ao mínimo exigido a qualquer Estado de Direito.

Certamente aqueles autos foram redigidos em qualquer altura num dos muitos dias de tortura. Os interrogatórios eram uma sessão contínua de tortura.

Por outro lado, quando vi o processo, na Torre do Tombo, já nos anos 2000, constatei que os autos eram falsificados no que dizia respeito

⁽³⁾ *Gente Comum — Uma história na PIDE*, com introdução e contextualização de PAULA GODINHO e ANTÓNIO MONTEIRO CARDOSO, editado pela primeira vez em 2011, pela editora 100Luz, e com 3.ª ed., revista e aumentada de 2022, publicada em primeira edição desta por Edições Parsifal, Lisboa, Outubro de 2022.

aos nomes dos pides. Os que constavam do processo que se destinava ao Tribunal Plenário, caso eu tivesse ido a julgamento eram outros e não os que tinham estado comigo. Havia uma cópia com os nomes verdadeiros para uso interno da PIDE. As datas coincidiam com períodos de tortura, excepto o último porque coincide com o dia da libertação e nesse dia não fui ao Reduto Sul.

Também constatei que se tratava dum simulacro de processo judicial. Um pide dava o parecer como se fosse uma promoção do Ministério Público e outro, certamente de categoria superior fazia de juiz e escrevia “como se promove”. Se não fosse trágico, seria caricato.

Não me acusaram de factos. Apenas perguntas e a recusa de respostas da minha parte. Se pertencia ao MRPP, se tinha ideias e actividades não concretizadas contra a segurança do Estado, quem me tinha dado os três panfletos que me apreenderam. Eram estes os conceitos de subversão e segurança do Estado.

Lembro-me de tudo.

A mais longa e dolorosa foi a tortura do sono. Sofri um primeiro longo período de 16 dias e 16 noites, ininterruptamente sem dormir, 16 períodos continuados de 24 horas. Começou no final de um dia e terminou no princípio duma manhã, quando já não me conseguia manter de pé, nem sentada, perdi completamente o equilíbrio.

Pelo meio, sem me deixarem dormir, os pides homens e mulheres revezavam-se por turnos e alternavam os papéis. A pide *boa*, a quem chamavam Lurdes, e os que gritavam, que davam murros na mesa, me tiravam o banco sem costas que me foi permitido ter em todo o tempo, que me sacudiam, berravam nomes. Os que entravam em simultâneo, muitos e me escarraram para cima, as que enchiam o lavatório que havia na casa de banho, sem toalhas, sem sabão, sem escova ou pasta de dentes, sem chuveiro, sem bidé, apenas com sanita, lavatório e papel higiénico. Tinha o lavatório onde me afogavam.

Outro, anunciado, que veio apenas uma vez para me espancar e espancou sem dizer uma palavra, e sem que eu gritasse, chorasse ou me mexesse, sacudida pelas pancadas, único som que se ouvia naquela cela, apenas parou quando entraram dois outros pides, que o agarraram, arrastando-o para fora. Sei agora que se chamava Casimiro Monteiro.

Foi ele o assassino material de Humberto Delgado, o candidato a Presidente da República, em 1958, contra a vontade de Salazar. Vi Humberto Delgado, durante essas eleições, em Castro Verde, aclamado por uma grande multidão cheia de esperança, no mês de Maio daquele ano, tinha eu seis anos, pela mão de minha mãe.

Casimiro Monteiro foi chamado por ser uma máquina de trucidar, estar especialmente treinado para esse fim, sem quaisquer emoções.

Nesse momento e antes de eu perder completamente os sentidos, ainda vi entrar o médico e o inspetor do meu processo. O médico estava a assistir do lado de fora e mandou parar, para que ele não me matasse. Era uma tortura medicamente assistida.

Depois de recuperar os sentidos, a tortura continuou nos mesmos moldes e no mesmo sítio porque me recusei a confessar e a denunciar outras pessoas.

Houve outro período de oito dias seguidos e várias noites intercaladas em privação de sono até completar os três meses que tinham para conseguir as provas que não tinham.

Agarrei-me às coisas pequenas, cujo valor só então entendi. Procedi como se não houvesse grades e fosse livre, ou como se eles não estivessem lá. Agarrei o amor a mim própria, àqueles cujo nome nunca diria e à minha dignidade. Cantei. Amassei com as mãos os pedaços de pão, até ficar muito fino e fazia pétalas, com as quais esculpia flores. Um dia disse: prenderam-me o corpo, não me prenderam mais nada.

Sei que nunca responderam perante a justiça por aquilo que fizeram e o que me revolta ainda mais é o facto de sermos milhares e milhares de homens e mulheres. Quase todos, gente comum, como eu.

Évora, 3 de Dezembro de 2024

AURORA RODRIGUES